

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Última chamada

A declaração do presidente do PSD, Gilberto Kassab, sobre buscar outro nome para concorrer ao governo de São Paulo que não Geraldo Alckmin é, na verdade, um aviso. Se o ex-tucano demorar muito para definir seu destino, a cadeira de candidato a governador estará ocupada. E, diante da intenção do PT de só discutir o vice de Lula mais para frente, o risco de Alckmin ficar a ver navios é grande.

Nublado, sujeito a chuvas

A contar pelas projeções que o secretário de Fazenda do governo de São Paulo, Henrique Meirelles, tem feito em encontros com políticos, as probabilidades para 2022, “na melhor das hipóteses”, indicam crescimento zero. Isso porque, com as taxas de juros nas alturas e o jeitinho para o descumprimento do teto de gastos, a percepção do mercado é de descontrole fiscal.

Sarney reforça o coro...

Em seu artigo que abre a temporada de 2022, o ex-presidente José Sarney menciona as vítimas da covid-19 no Brasil em 2021 e diz que “muitos poderiam ter sido salvos se tivéssemos mantido a tradição brasileira de vacinação expedita, como tantas campanhas bem-sucedidas que fizemos no passado quebrando recordes”.

... por obrigatoriedade da vacinação infantil

E diz Sarney: não há nada de inconstitucional em obrigar a vacinação infantil. “Ser obrigatória não é contra os direitos constitucionais, mas resultado deles, pois a vacinação não é um processo individual, mas um instrumento coletivo em defesa do mais básico dos direitos, o direito à vida”, diz o ex-presidente.

Vamos por partes

O PT vai deixar a polêmica em torno do candidato à vice-presidência na geladeira, nesta largada de 2022. A ordem é tratar, primeiramente, das conversas estaduais e, nesse contexto, a federação de partidos. Em princípio, o PT não assumirá qualquer compromisso com candidato a vice antes de verificar qual o jogo que melhor lhe convém. E o fato de liderar todas as pesquisas de intenção de voto dá ao partido de Lula o “mando de campo” nas conversas — e o PT não abrirá mão de

exercer esse privilégio.

Quanto à federação de partidos, a tendência é de que o desfecho fique para abril ou maio, depois da janela para troca de legenda, que se abrirá em março. Cada agremiação quer ter fechado seu real tamanho para, depois, tratar da federação. É que a obrigatoriedade de manter o “casamento” por quatro anos e o receio de terminar “engolido” pelo PT levam o PSB, por exemplo, a pensar duas vezes antes de tomar qualquer decisão.



CURTIDAS



A cobrança de Sarney/ O desejo de ano novo do ex-presidente José Sarney (foto), colocado em seu primeiro artigo de 2022, é a transformação política: “Já de garganta seca insisto que é preciso corrigir alguns pontos da Constituição para fazê-la ‘instrumento de um país moderno, em que o Legislativo legisle, o governo governe e o Judiciário controle’, como escrevi numa virada de ano há um quarto de século”.

Pregação no deserto I/ Há 25 anos, Sarney se referia às “mazelas orçamentárias, à dispersão legislativa, às agruras do Judiciário, com cada Poder a sofrer percalços e interferências dos outros”.

Pregação no deserto II/ Se até agora a reforma do Estado defendida por Sarney ficou na gaveta, não será no ano eleitoral que irá caminhar. Os deputados este ano querem é liberar emendas e mostrar serviço direto ao eleitor. Mas reformas, como a que deseja Sarney, só em 2023.

Eles vão separados/ A mensagem de feliz ano-novo do diretório estadual do PT paulista no Twitter traz uma foto do ex-ministro e ex-prefeito Fernando Haddad. Justamente para deixar claro que o partido não abre mão de concorrer ao governo de São Paulo. O PSB de Márcio França já se conformou e sabe que terá Haddad como adversário.

PODER / Depois dos policiais federais, rodoviários e integrantes do Depen, Bolsonaro abre a possibilidade de membros da PCDF terem plano de saúde — extensivo a parentes. Na virada do ano, presidente concedeu vários benefícios, como desonerações às empresas

Bondades de olho nas urnas

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) promulgou o texto que permite a criação de um plano de saúde para integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), beneficiando, ainda, parentes e dependentes. A autorização da parte vetada da Lei nº 14.162, de 2 de junho de 2021, foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*, sexta-feira.

Trata-se de mais um aceno do presidente aos policiais com vistas a obter deles apoio para a campanha à reeleição, em outubro. O texto sobre o plano de saúde dos policiais civis do DF, porém, destaca que a implantação somente poderá ser feita se o Governo do Distrito Federal (GDF) tiver disponibilidade orçamentária.

Bolsonaro vem editando seguidos benefícios aos policiais. No final do ano passado, ele concedeu reajuste salarial aos policiais federais e abriu uma crise com as demais categorias do funcionalismo federal. O presidente também aprovou a reestruturação e reajustes para carreiras de integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) sob o argumento de “corrigir injustiças” e valorização da categoria. Para isso, foram reservados R\$ 1,7 bilhão no Orçamento da União deste ano.

No último dia 17, durante a cerimônia de encerramento do Curso de Formação Profissional de Agente de PF, em Brasília, Bolsonaro disse que foram os federais que o salvaram da morte depois da facada que recebeu, em 2018, durante a campanha eleitoral, em Juiz de Fora (MG). Na mesma cerimônia, o diretor-geral da PF, Paulo Maiurino,

Cleber Caetano/PR



Bolsonaro novamente se volta para os policiais para atraí-los eleitoralmente com benefícios

anunciou a criação de um plano de saúde para a categoria.

Alívio na folha

O presidente também sancionou o projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia por dois anos. A sanção foi publicada em edição extra, no último dia 31, no *DOU*, sem a previsão da medida que compensasse a perda de receita aos cofres públicos, estimada em R\$ 9 bilhões. Apesar de vários especialistas reconhecerem a necessidade de um pacote de bondades como esse para ajudar na retomada econômica, houve quem enxergasse viés populista pela forma como foi baixado.

O projeto que autorizou a prorrogação foi aprovado no

começo de dezembro pelo Senado. Segundo o Ministério da Economia, não será necessária nova compensação fiscal para bancar a desoneração — a justificativa é de que, conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), trata-se de benefício fiscal já existente.

Entre os contemplados pela desoneração da folha estão os setores de calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, tecnologia da informação e transporte rodoviário coletivo de passageiros. Segundo a medida, as empresas desses segmentos podem substituir as contribuições previdenciárias — atualmente em 20% sobre o salário dos funcionários — por uma alíquota da receita bruta, que varia de 1% a 4,5%.

O pacote de benefícios também prorroga o prazo referente ao acréscimo de alíquota da Contribuição Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação).

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Suruagy, afirma que a decisão trará segurança jurídica para as empresas. Além disso, com a desoneração, ela diz que até 970 mil empregos serão gerados no setor. “Pelo menos nos próximos dois anos, as empresas poderão se planejar, o que será ótimo para o ambiente de negócios”, explica.

Para André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos,



Aprovaram tudo na virada do ano sem saber exatamente o que era. Não quer dizer que não deve ser feito, mas foi apressadamente, dando a entender que é populismo”

André Perfeito,
economista-chefe da
Necton Investimentos

a medida é positiva, mas, por si só, não gera crescimento. “Ajuda a manter os patamares de emprego atual. Não é o jeito certo de fazer a economia crescer, mas traz alívio para os setores”, avalia.

Apesar da articulação de congressistas e do governo para a aprovação, Perfeito chama a atenção para o fato de a medida ter sido aprovada de forma repentina, fazendo parecer uma decisão populista. “Acabar com a desoneração seria ignorar a urgência econômica que estamos vivendo, mas me parece descoordenado. Aprovaram tudo na virada do ano sem saber exatamente o que era. Vão perdoar até 90% da dívida do Fies. Não quer dizer que não deve ser feito, mas foi apressadamente, dando a entender que é populismo”, analisa.

Taxistas favorecidos

O presidente Jair Bolsonaro também sancionou o texto que prorroga, até 31 dezembro de 2026, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos novos por motoristas profissionais, taxistas, pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental severa ou profunda e pessoas com transtorno do espectro autista.

O preço máximo do automóvel a ser adquirido passa a ser de R\$ 200 mil, incluídos os tributos incidentes — o limite anterior era de R\$ 140 mil. Nas redes sociais, Bolsonaro comentou o benefício, destacando que “aquece a indústria automobilística e faz justiça com os taxistas e as pessoas com deficiência”.

Em um aceno aos caminhoneiros, o presidente aprovou o projeto que cria o MEI Caminhoneiro. Isso possibilita que o transportador autônomo de carga possa se inscrever como microempreendedor individual se tiver faturamento anual de até R\$ 251,6 mil. O limite é mais de três vezes o valor permitido a outras categorias, de R\$ 81 mil.

Bolsonaro também editou uma medida provisória que pôs fim ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq), incentivos fiscais a empresas do setor petroquímico. Outra MP aprovada na virada do ano reduz o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nas operações de arrendamento de aeronaves e motores, com duração de cinco anos. (IS)